



RELATÓRIO ODS

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS AÇÕES
DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS
Nº 12/2022.

Governadora do Estado do Ceará
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Secretário

Ronaldo Lima Moreira Borges

Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Secretário Executivo de Gestão

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Secretária Executiva de Políticas Estratégicas para Lideranças

Sandra Gomes de Matos Azevedo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Relatório ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis. Nº 12/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022.

Autor: Francisco Mário Viana Martins

ISSN: 2764-4944

1. ODS 2. Agenda 2030 3. Gestão Pública 4. Políticas Públicas
5. Monitoramento.

47 páginas. Cores.

Copyright © 2022 - IPECE



INSTITUTO DE PESQUISA e ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone: (85) 3101-3521

www.ipece.ce.gov.br

RELATÓRIO  DS
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E AS AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 12 –
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.
Nº 12/2022.



Organização
Maria Esther Frota Cristino

Elaboração
Francisco Mário Viana Martins

Colaboração
Aprígio Botelho Lócio
Tiago Emanuel Gomes dos Santos

O **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Maria Esther Frota Cristino (Respondendo)

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro



ORGANIZAÇÃO

Maria Esther Frota Cristino

Graduação em Direito pela UFC. Diretora de Estudos e Gestão Pública - DIGEP/ IPECE.

ELABORAÇÃO

Francisco Mário Viana Martins

Mestrado em Economia – CAEN/UFC e Graduação em Finanças – UFC. Assessor Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

COLABORAÇÃO

Aprígio Botelho Lócio

Mestrado em Negócios Internacionais - UNIFOR e Graduação em Ciências Econômicas - FEAACS/UFC. Assistente de Gestão da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

Tiago Emanuel Gomes dos Santos

Pós-Graduado em Governança de TI - Faculdade Estácio e Graduação em Ciências da Computação - Faculdade Lourenço Filho. Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

APRESENTAÇÃO

O Relatório “**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” tem a finalidade de identificar e descrever as iniciativas e ações do Governo Estadual que direta ou indiretamente podem contribuir no alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 ao longo dos anos.

As estratégias públicas promovidas pelo governo do Ceará que de certa forma apresentam um alinhamento com os ODS estão distribuídas em edições relacionadas aos 17 objetivos definidos pela Agenda 2030. Nesta edição serão abordadas as ações relacionadas ao **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis**.

Maria Esther Frota Cristino
Diretora de Estudos de Gestão Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.....	13
METAS DO OBJETIVO 12	13
ODS 12 E GESTÃO PÚBLICA.....	14
AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 12.....	16
PROGRAMAS	16
<i>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</i>	<i>16</i>
<i>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).....</i>	<i>23</i>
<i>Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)</i>	<i>27</i>
<i>Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA).....</i>	<i>33</i>
<i>Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</i>	<i>36</i>
<i>Secretaria do Turismo (SETUR).....</i>	<i>42</i>
<i>Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)</i>	<i>44</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47



INTRODUÇÃO

No ano de 2000, um total de 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinha por objetivo o compromisso compartilhado de até 2015, buscar a sustentabilidade do Planeta e a melhoria da qualidade de vida da população mundial. Os ODM foram compostos por 8 (oito) objetivos, divididos em 18 (dezoito) metas e com 48 (quarenta e oito) indicadores, a serem monitorados e atingidos por meio de políticas governamentais e ações da sociedade.

A partir dos ODM, surgiram diálogos e negociações que se constituíram na busca pelo desenvolvimento sustentável e que deverão ser alcançados pelos próximos 15 anos (2016-2030). Dessa forma vários acordos e agendas passaram a ser sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o Acordo de Sendai, a Agenda de Ação Adis Abeba, Acordo de Paris, descritos a seguir.

O Acordo de Sendai¹, estabelecido em 18 de março de 2015, na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução de Riscos de Desastres, na cidade de Sendai, Miyagi, no Japão, onde 187 Estados adotaram a “Declaração de Sendai e o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030”, com o objetivo de reduzir mortes, destruição e deslocamentos causados por desastres naturais, a partir do gerenciamento (antecipação, planejamento e diminuição) de riscos, de forma mais efetiva, com relação à proteção de pessoas, comunidades e países.

A Agenda de Ação Adis Abeba², elaborada em 13 a 16 de julho de 2015, na Terceira Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, Etiópia, e endossado na resolução nº 69/313 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de julho de 2015, foi elaborada com o objetivo de constituir cooperação e parceria global para identificar os meios financeiros e não financeiros necessários para uma mudança de paradigma na forma de investimento em áreas de necessidades globais e financiamento de políticas com prioridades econômicas, sociais e ambientais em busca do desenvolvimento sustentável.

Além deste, tem-se o Acordo de Paris³, adotado por 196 países, na 21ª Conferência das Partes (COP 21), da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC) sobre Mudanças do Clima, em Paris, em 12 de dezembro de 2015, cujo objetivo é combater as mudanças climáticas, acelerar e intensificar as ações e investimentos necessários para um futuro sustentável de baixo carbono, mantendo um aumento da temperatura global abaixo de 2º Celsius, acima dos níveis pré-industriais, além de procurar limitar o aumento da temperatura ainda mais a 1,5º Celsius.

¹ Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291> e <https://www.preventionweb.net/publications/view/43300>. Acesso em 06 de abril de 2022.

² Disponível em *Key Documents*: <https://www.un.org/esa/ffd/ffd3/>. Acesso em 06 de abril de 2022.

³ Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em 06 de abril de 2022.



Por fim, pode-se também citar a Nova Agenda Urbana (NAU)⁴, definida em 20 de outubro de 2016, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), na cidade de Quito, Equador e aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no 68º Encontro Plenário para a sua 71ª sessão em 23 de dezembro de 2016. A NAU contém 175 padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas, distribuídos em cinco pilares de implantação: (i) políticas nacionais urbanas; (ii) legislação e regulação urbanas; (iii) planejamento e desenho urbano; (iv) economia local e finança municipal; e (v) implantação local. Propõe-se, a partir da NAU, uma quebra de paradigmas, buscando correlações entre a boa urbanização e o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida.

Em 2015, a ONU, por meio de discussões realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu 17 metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Naquele ano, os 193 líderes mundiais, representando os Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, se comprometeram em enfrentar os problemas mundiais tal como organizado pela ONU, adotando, assim, a chamada Agenda 2030. Isto consistia em cumprir novos objetivos e metas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 1: Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 06 de abril de 2022.

⁴ Disponível em <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em 06 de abril de 2022.



Os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e atividades de cooperação entre países no mundo. Os Objetivos contemplam 169 metas e 231 indicadores, a serem alcançadas pelos países membros de 2016 até 2030, com foco: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Segurança alimentar e agricultura; 3 - Saúde de qualidade; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água e saneamento; 7 - Energias renováveis e acessíveis; 8 - Trabalho digno e crescimento econômico sustentável; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Padrões sustentáveis de consumo e de produção; 13 - Mudanças climáticas; 14 - Proteção e uso sustentável dos oceanos; 15 - Proteção dos ecossistemas terrestres; 16 - Sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e 17 - Parcerias e meios de implementação.

Além disso os ODS estão distribuídos em quatro Dimensões:

1) Dimensão Social:

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2) Dimensão Econômica:

Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3) Dimensão Ambiental:

Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



Objetivo 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

4) Dimensão Institucional:

Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, com a finalidade de mapear as ações do governo do estado do Ceará, alinhadas aos ODS, o presente relatório apresenta as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **Objetivo 12** - *Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis*. O levantamento das ações do governo em relação ao ODS 12 foi realizado a partir de pesquisas nas Mensagens à Assembleia Legislativa⁵, Plano Plurianual (PPA)⁶, Sistema Integrado de Orçamento e Finanças (SIOF/SEPLAG)⁷ e nos portais das secretarias executoras das ações governamentais.

Considerando que a principal fonte de pesquisa é a Mensagem à Assembleia Legislativa e como se trata de uma publicação prevista no Planejamento Estratégico do IPECE, até 2025, os relatórios poderão sofrer atualizações com advinda das novas ações desempenhadas pelo governo do Ceará e divulgadas nas Mensagens elaboradas pela a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

⁵ As Mensagens são enviadas para o Legislativo no início de cada ano como prestação de contas das ações realizadas pelo Executivo no ano anterior, conforme reza a Constituição do estado do Ceará, em seu art. 88, inciso VIII. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>. Acessos a partir de março de 2020.

⁶ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/>. Acesso em 06 de abril de 2022.

⁷ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/>. Acesso em 06 de abril de 2022.



ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

METAS DO OBJETIVO 12

- 12.1 - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
- 12.2 - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
- 12.3 - Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
- 12.4 - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
- 12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
- 12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
- 12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- 12.8 - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- 12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- 12.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- 12.c - Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em 06 de abril de 2022.



ODS 12 E GESTÃO PÚBLICA

As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidas dentro de uma visão universal, o que dificulta a gestão pública na identificação e definição de políticas relacionadas ao objetivo e respectivas metas.

Para facilitar o governo Federal e os estaduais no alcance dessas metas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou a readequação das metas dos ODS à realidade brasileira e identificação de indicadores que balizassem as políticas públicas nacionais e subnacionais.

Para o alcance das metas do ODS 12 o governo do Ceará necessita implementar políticas públicas intersetoriais alinhadas a estratégia de gestão para resultados (GPR) e baseadas em evidências e planos integrados que assegurem padrões de produção e de consumo sustentáveis e planos integrados que permitam alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, reduzindo pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento com geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. No âmbito dos governos estaduais, as ações são definidas a partir do Plano Plurianual (PPA) para um período de quatro anos e que é elaborado a partir do segundo ano do governo eleito e finalizado no primeiro ano da próxima gestão.

Quando um governante é reeleito pode acontecer a continuidade de programas da primeira gestão. O ODS 12 se enquadra no Plano de Governo vigente, denominado “Os 7 Cearás”⁸, elaborado para o período de 2015 a 2018 e que continua para os anos de 2019 a 2022, nos quatro Eixos: **Ceará Acolhedor; Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará de Oportunidades; e Ceará Sustentável;** e nos temas **Segurança Alimentar e Nutricional; Planejamento e Modernização da Gestão; Agricultura Familiar e Agronegócio; Pesca e Aquicultura; Turismo; Meio Ambiente; Energias; e Recursos Hídricos,** que envolvem programas geridos e executados pelas secretarias estaduais do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Econômico e Trabalho; do Meio Ambiente; da Infraestrutura; dos Recursos Hídricos; do Turismo; e do Planejamento e Gestão, cada uma com seu papel e atuação bem definida.

A **Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)** tem como missão “promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social”. Sua contribuição com o ODS 12 é percebida claramente por ser responsável pelo desenvolvimento da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e agroindústria, incentivando o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, buscando garantir a segurança alimentar e

⁸ Disponível em <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2022.



nutricional da população e melhorando as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar.

A **Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)** enquanto agente catalisador do desenvolvimento econômico sustentável e integrado com o agronegócio, a pesca e a aquicultura, garantindo a produtividade, a competitividade, o abastecimento, comercialização e promoção do setor agropecuário do estado do Ceará e seu alinhamento com o ODS 12 é percebido na ampliação da comercialização e no abastecimento em quantidade e qualidade dos produtos agropecuários, além de aumentar a produtividade e a competitividade do agronegócio e promovendo, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense.

A **Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)** contribui com o ODS 12 devido suas ações voltadas para a redução dos impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, além da ampliação da conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará e na redução das emissões de gases de efeito estufa e minimização dos efeitos negativos das mudanças climáticas no estado do Ceará.

A **Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA)** contribui com o ODS 12 com a matriz energética do estado, promovendo a segurança e eficiência energética com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado.

Responsável por promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, a **Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)**, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental e de forma integrada e participativa, garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais. Desta forma, fica claro a sua relevante contribuição ao ODS 12, pois assegura a disponibilidade e gestão sustentável da água para o consumo e produção para a população cearense.

A **Secretaria do Turismo (SETUR)** contribui com o ODS 12 ao consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, e executar ações em toda a cadeia produtiva do turismo, promovendo assim o desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental.

A **Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)** tem como missão “Promover e coordenar o planejamento e a gestão do Estado do Ceará, contribuindo para a efetividade dos serviços públicos prestados à população” e no âmbito do ODS 12 ela promove ações que permitam ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.



ACÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 12

As Políticas Públicas possuem uma abrangência macro com visão integrada, intersetorial e transversal, compostas por programas e projetos com a finalidade de alcançar os objetivos e as metas de cada Eixo do Plano de Governo.

Os Programas são os principais instrumentos do planejamento público e possuem uma secretaria como coordenadora, podendo serem executados por mais de uma setorial. Eles são apresentados a cada Plano Plurianual (PPA), subdividido por Eixo e Tema, cadastrados no SIOF por um código. Para facilitar a sua apresentação, podendo estes apresentar mais de um código, caso este programa tenha sido continuado em mais de um PPA.

As ações que compõe os programas do governo foram separadas por secretarias que são responsáveis pela gestão e execução dos mesmos.

PROGRAMAS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)

01. Programa Desenvolvimento da Agropecuária Familiar (029) ou Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar (311)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Melhorar as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a aumentar sua participação econômica e contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos originários e Comunidades Tradicionais; suas organizações econômicas.
- Gestor: Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA).
- Executores: Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).
- Promoção do estímulo à produção agrícola sustentável.
 - Distribuição de 2.167,021 toneladas de milho híbrido, 399,919 toneladas de milho variedade, 122,827 toneladas de feijão Vigna e 247,937 toneladas de sorgo forrageiro, totalizando 2.937,70 toneladas nas 14 regiões, o que representa 73,48% do previsto para o ano.
 - Distribuição de 525.477 mudas (caju, ornamentais e outras frutíferas), 3.500 m³ de manivas e 7.883.011 raquetes de palma forrageira, beneficiando 150.312 agricultores familiares em todo o Estado.
 - Distribuição de 3.072,1335 toneladas de sementes, sendo 2.366,092 toneladas de milho híbrido, 396,085 toneladas de sementes de milho variedade, 273,767 toneladas de sementes de sorgo forrageiro e 35,289 toneladas de feijão Caupi, nas quatorze regiões de planejamento, beneficiando 149.499 agricultores familiares.



- Distribuição de 12.996.796 mudas sendo 533.049 de frutíferas e florestais nativas, 7.023.747 raquetes de palma forrageira e 5.440.000 manivas de mandioca, beneficiando 149.499 agricultores familiares em treze regiões de planejamento.
- Distribuição de 11.401.343 mudas de cajueiro e outras frutíferas, palma forrageira, essências florestais e manivas, beneficiando 5.651 agricultores familiares nas 14 regiões do estado.
- Distribuição de 3.294,91 toneladas de sementes em 182 municípios do Estado do Ceará beneficiando 157.409 agricultores (as) familiares.
- Promoção da ambiência adequada ao beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da produção agropecuária familiar.
- Promoção de garantia em caso de perda da produção em razão de estiagem ou excesso hídrico.
 - Elaboração de 142.131 Laudos do Garantia Safra, proporcionando os produtores rurais que tiveram perdas de safra receberem o seguro agrícola.
 - Efetivação das adesões ao Programa Garantia Safra (seguro em caso de perda da produção em razão de estiagem ou excesso hídrico) para 135.614 agricultores familiares, contemplando 175 municípios.
- Expansão da produção da agropecuária familiar com adoção de técnicas inovadoras e sustentáveis.
 - Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar, com a distribuição de: sementes selecionadas de alto poder genético para produção de grãos; raquetes de palma forrageira; manivas de mandioca; mudas de cajueiro; e mudas de essências florestais nativas e exóticas, beneficiando agricultores familiares, em 182 municípios do Estado do Ceará.
 - Implantação de 220 projetos de produção voltados à cadeia produtiva da caprinocultura, em nove regiões de planejamento.
- Promoção do desenvolvimento da economia solidária nas atividades agrícolas e não agrícolas de base familiar no meio rural.
- Promoção do apoio à comercialização de produtos agropecuários.
 - Apoio à realização de quatro feiras da agricultura familiar, nos municípios de Crato, Fortaleza, Crateús e Itapipoca. Abordando inovações tecnológicas como: Reuso de água, práticas de conservação de forragens.
 - Realização de 24 eventos dentre estes o Seminário Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação Simultânea e 1ª Edição da Feira Agroecológica e Espaço Gastronômico.
 - Realização de 25 Eventos de apoio à comercialização.
 - Realização de 05 feiras junto aos agricultores familiares nos municípios de Tamboril, Baturité e Acaraú, Caucaia e Reriutaba.
 - Realização de 01 evento Ciclo de Debates com Painel: Portal de Produtos da AF - Parceria UVA/SDA - Sobral online.
 - Realização de 37 eventos para apoiar a cadeia produtiva da pecuária, em 30 municípios, nos quais ocorreram à interação entre os produtores para a troca de



- experiências, concurso leiteiro, comercialização de produtos da agricultura familiar, julgamento de animais, seminários, oficinas, excursões e cursos.
- Comercialização de 629.864,68 toneladas de produtos hortigranjeiros nos entrepostos das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A, na Grande Fortaleza (Maracanaú), Planalto da Ibiapaba (Tanguá) e região do Cariri (Barbalha).
 - Realização de 24 eventos de apoio à comercialização de produtos agropecuários, dentre estes o Seminário Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação Simultânea e a 1ª Edição da Feira Agroecológica e Espaço Gastronômico.
 - Realização do Seminário Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.
 - Promoção da certificação da produção da agropecuária familiar.
 - Classificação de 25.367,43 toneladas de produtos de origem vegetal para o mercado interno e emissão de 180 certificados de classificação de produtos vegetais padronizados.
 - Classificação de 314.837 toneladas de produtos vegetais em Fortaleza.
 - Classificação de 1.131.868,01 toneladas de produtos vegetais (trigo, algodão em pluma, arroz, feijão, alho, entre outros), oriundos do mercado interno e de importação, com a emissão de 125.179 documentos de Certificado de Classificação, contribuindo para a garantia da segurança alimentar da sociedade.
 - Realização de 450 análises de sementes para o Projeto Hora de Plantar; 376 produtores beneficiados com financiamento de projetos de atividades produtivas compostas nas linhas de atuação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), sejam elas a fruticultura irrigada, agroindústria familiar, pequenos animais, equipamentos de geração de energia solar, piscicultura, apicultura em nove regiões.
 - Oferta de classificação de 26 produtos de origem vegetal, importados e nacionais, em sete postos de classificação vegetal.
 - Validação técnica do laticínio visando o diagnóstico inicial de cinco produtores de lácteos, em Limoeiro do Norte.
 - Realização de 15 Serviços técnicos com orientações individuais para produtores de lácteos dos municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova visando à legalização dos laticínios por meio da certificação.
 - Realização de 07 serviços técnicos promovidos com consultoria individual para inovação de processos e produção de novos produtos lácteos em Limoeiro do Norte.
 - Realização de 08 serviços técnicos promovidos com consultoria individual para inovação de processos e produção de novos produtos lácteos em Morada Nova.
 - Realização de 15 serviços técnico com levantamento, avaliação técnica e diagnóstico inicial (T - Zero) de laticínios, na região do Vale do Jaguaribe.
 - Realização de 21 serviço para produtores para declaração e inscrição de áreas para produção de sementes de algodão no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do MAPA referente a safra 2020.
 - Expansão da capacidade de obtenção de água para produção de alimentos.
 - Entrega de 173 tecnologias de acesso a água, sendo 164 cisternas de enxurradas e 9 sistemas de reuso, em oito Municípios do Estado de Ceará, beneficiando 173 famílias.



- Entrega de 261 tecnologias de acesso a água, sendo 252 cisternas de enxurradas e 9 sistemas de reuso, em oito Municípios do Estado de Ceará, beneficiando 261 famílias.
- Entrega de 276 de sistemas (solução) de captação e armazenamento de água para produção de alimentos, beneficiando 276 famílias, sendo 27 em Hidrolândia, 53 em Sobral, 28 em Massapê, cinco em Ararendá, cinco em Catunda, seis em Nova Russas, 10 em Milhã, 10 em Pedra Branca, 10 em Tamboril, 14 em Massapê, 33 em Moraújo, sete em Apuiarés, sete em Camocim, cinco em Jijoca, 10 em Miráima, seis em Potiretama, seis em São João do Jaguaribe, sete em Aracoiaba, sete em Maranguape, 10 em Redenção, 10 em Canindé.
- Implantação de 225 Projetos Irrigação Minha Propriedade (PIMP), em nove regiões de planejamento.
- Apoio a sete projetos produtivos de irrigação, uma sala de ordenha, com o financiamento de energia solar, construção de nove cacimbões e instalação de um abatedouro para aves caipiras com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).
- Elaboração de 127 projetos de irrigação, os quais 68 já foram instalados beneficiando 68 famílias, em 13 municípios.
- Promoção da qualificação do agricultor (a) familiar e suas organizações econômicas e representações sociais.
 - Realização de 530 cursos/capacitações para produtores e técnicos de entidades parceiras e do próprio sistema de agricultura.
 - Orientação a 199.830 produtores rurais em todo o Estado com informações agrícolas diversas contribuindo para as devidas tomadas de decisões dos produtores rurais, além dessa magnitude de abrangência de atendimento ao público cabe destacar as introduções tecnológicas aos sistemas produtivos com mudanças mais avançadas aos sistemas de produção com influências diretamente na renda do produtor rural bem como seus impactos nos serviços e na maior oferta de produtos para as indústrias.
 - Realização do Dia de Campo sobre o cultivo do milho irrigado, beneficiando 164 pessoas em Iguatu.
 - Capacitação sobre cultivo da pitaya, beneficiando 50 produtores.
 - Realização de 250 capacitações nas 14 regiões de planejamento, dentre elas: Oficinas, seminários, cursos, intercâmbios e capacitações com o objetivo de contribuir para o fortalecimento organizacional de agricultores (as) familiares, suas organizações econômicas e representações sociais.
 - Capacitação de 160 produtores e técnicos na melhoria dos processos produtivos, cuidados sanitários e sistema de irrigação no âmbito do projeto “Modernização da cultura do algodão no Ceará”, sendo 80 no Vale do Jaguaribe e 80 no Cariri.
 - Capacitação sobre legislação e processos para a legalização dos laticínios no município de Morada Nova que beneficiou 18 produtores.
 - Realização de 02 capacitações sobre novas práticas de produção de algodão para 73 produtores das regiões do Cariri e Sertão Central.
 - Realização de dias de campo sobre cultivo, manejo, controle fitossanitário, colheita e uso da palma na alimentação animal 37 produtores sendo: 12 S. L do Curu, 4 Itarema, 10 P. Branca e 11 S. Pompeu.



- Realização de 03 (três) capacitações sendo: 02 (duas) na região do Vale do Jaguaribe, no município de Palhano e 01(uma) no Sertão Central, no município de Banabuiú para os produtores de camarão.
- Realização de 02 cursos de boas práticas de fabricação de farinha, sendo 01 em Amontada com 20 produtores e outro em Trairi com 23 produtores.
- Realização de 412 capacitações através do projeto Paulo Freire, nas diversas áreas de atuação do projeto.
- Realização de 90 capacitação/formação para os beneficiários e técnicos através do Projeto Paulo Freire.
- Realização de 23 capacitações junto a produtores e técnicos de entidades parceiras e do próprio sistema de agricultura.
- Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural.
 - Realização de parceria entre o Governo do Estado e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS), que define as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Estado do Ceará.
 - Implantação de 45 projetos de desenvolvimento de Negócios nas seguintes cadeias: ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura.
 - Implantação de 265 projetos de desenvolvimento comunitários através do Projeto Paulo Freire, em diferentes tipologias, como: aviários, quintais produtivos, pocilgas, apriscos, biodigestores, colmeias, máquinas de costura, ovinos caprinos e suínos, com o objetivo de fortalecimento das capacidades dos beneficiários. Nas regiões atendidas pelo projeto Paulo Freire.
 - Implantação de 895 projetos de produção nas cadeias de ovinocaprinocultura, apicultura, cajucultura, bovinocultura, cocoicultura, mandiocultura, fruticultura irrigada, piscicultura e quintais produtivos, através da distribuição de infraestrutura, equipamentos, máquinas, utensílios e semoventes, em 11 regiões de planejamento, beneficiando em média 2.000 agricultores.
 - Entrega de 218 projetos de desenvolvimento comunitário por meio do Projeto Paulo Freire, beneficiando 6.942 famílias nas três regiões atendidas pelo projeto.
 - Acompanhamento técnico a 30 produtores de algodão, sendo: 29 na região do Cariri e um no Vale do Jaguaribe.
 - Realização de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 39.643 produtores familiares nas diversas atividades da cadeia produtiva da agropecuária.
 - Realização de 57.956 Assistências Técnica e Extensão Rural (ATER), contínua e sistemática através de visitas In Loco as comunidades/ imóveis rurais, utilizando-se de metodologias tais como: visitas, reuniões, demonstrações práticas, excursões, intercâmbios técnicos dentre outras a fim de melhorar o desempenho da unidade produtiva.
 - Implantação de 47 Projetos de Desenvolvimento de Negócios nas seguintes cadeias: ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura.
- Promoção do planejamento de desenvolvimento territorial rural sustentável.
 - Efetivação de 130.899 adesões ao Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar (311) nas quatorze regiões de planejamento.



- Promoção do gerenciamento da política pública de Desenvolvimento Territorial Rural.

02. Programa Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (033 ou 141)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Segurança Alimentar e Nutricional.
- Objetivo: Contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais e suas representações, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Leite fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, Estudante das Escolas Públicas.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura.
- Promoção do acesso a alimentos oriundos da agricultura familiar para população em situação vulnerabilidade alimentar e nutricional.
 - Orientação aos produtores, com potencial produtivo, no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com comercialização justa, possibilitando o beneficiamento de entidades socioassistenciais locais com distribuição de alimentos em quantidade e qualidade, às famílias com maior vulnerabilidade social e nutricional.
- Viabilização das adesões de agricultores ao Garantia Safra.
 - Adesões ao garantia-safra de 200.395 agricultores familiares, em 178 municípios, dos quais 8.474 agricultores já estão recebendo os benefícios, contemplados com R\$ 850,00 cada, em cinco parcelas.
 - Adesão ao garantia-safra de 164.305 agricultores familiares em 178 municípios.
 - Prestação de assistência técnica e extensão rural a 61.993 agricultores (as) familiares ofertando técnicas capazes de aumentar a resiliência dos produtores às adversidades climáticas e garantindo um mínimo de produção de alimentos para o consumo de suas famílias e suporte forrageiro para os animais durante o ano, principalmente nas unidades produtivas mais vulneráveis às estiagens.
 - Apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) à adesão dos agricultores ao Garantia Safra, beneficiando os mais vulneráveis com o recebimento financeiro pelas perdas de safra acometida pela seca.
- Promoção de acesso à água para produção de alimentos.
 - Implantação de 1.219 cisternas de enxurrada para promoção de acesso à água para produção de alimentos, beneficiando 6.095 pessoas em 12 regiões.
 - Implantação de 1.281 cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em 20 municípios, beneficiando 5.457 pessoas.
 - Capacitação de 2.790 beneficiários de cisternas, para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em Gestão de Água para Produção de Alimentos – GAPA e em Manejo de Sistema Simplificado de Água para Produção de Alimentos – SISMA.



- Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção.
 - Aquisição da produção leiteira, de 1.444 produtores da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo adquiridos um total de 6.044.798 litros de leite, com distribuição gratuita em 66 municípios, beneficiando 20.211 pessoas e 42 entidades.
 - Aquisição e distribuição de 6.597.324 milhões de litros de leite bovino e 265.964 mil litros de leite caprino, oriundos de 1.342 produtores familiares, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite), beneficiando 600.000 pessoas em 2.792 entidades socioassistenciais.
- Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.
 - Distribuição de 790.049 kg de alimentos para 2.920 agricultores familiares. 349.582 pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional de 731 entidades em 103 municípios do Ceará foram beneficiadas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No total, são 4.743 produtores familiares vendendo produtos do campo a 904 entidades socioassistenciais em todo o estado.

03. Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar (352)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Pesca e Aquicultura.
- Objetivo: Promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda.
- Público-alvo: Pescadores (as) artesanais, marisqueiras, aquicultores familiares, (piscicultores, carcinicultores, malacultores, ostreicultores, algicultores), catraieiros, carpinteiros artesanais, confeccionadores de apetrechos (rede, manzuá, espinhel, curral, velas, pinturas e calafetes, etc.), comunidades pesqueiras e tradicionais aquícolas, litorânea e interiores.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Agrário.
- Executores: Secretaria do Desenvolvimento Agrário.
- Expansão da produção pesqueira e aquícola com adoção de técnicas inovadoras e sustentáveis.
 - Realização de repovoamento piscícola em 618 reservatórios com a distribuição de 5.285.150 alevinos em 123 municípios.
 - Realização de povoamento piscícola em 568 açudes com a distribuição de 3.244.580 de alevinos em 11 regiões de planejamento.
- Promoção do apoio à produção pesqueira.
 - Foram realizadas 1030 análises presuntivas no município de Beberibe e Icapuí na região do Litoral Leste.
 - Foram entregues 1.808 Kits de pesca artesanal em 21 municípios, os kits contemplaram a entrega de: rede, anzol, entre outros, para utilização na atividade de pesca em comunidades rurais, realizadas.



- Entrega de 37 kits pesca.
- Promoção da Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.
 - Foram realizadas 369 Assistências Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA
 - Realização de 279 Assistência técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA em cinco regiões de planejamento.

Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)

01. Programa Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário (312)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado do Ceará.
- Público-alvo: Produtores rurais, estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, comerciantes e sociedade consumidora.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE (atual SEDET).
- Executores: Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. (CEASA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADECE) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico.
- Promoção do combate ao uso indevido e inadequado de agrotóxicos em propriedades rurais.
 - Realização de 553 fiscalizações no combate ao uso indevido e inadequado de agrotóxicos no Estado do Ceará.
 - Realização de 356 fiscalizações no combate do uso indevido de agrotóxico no Estado do Ceará.
- Promoção de prevenção, controle e erradicação das doenças e pragas dos vegetais.
 - Ampliação da Área Livre de Praga (ALP), propiciando a ampliação do agronegócio ao mercado externo.
 - Realização de ações de prevenção e combate de pragas e doenças do cajueiro.
 - Realização de 2.707 fiscalizações para prevenção, controle e erradicação de doenças focadas nos vegetais.
- Promoção da prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.
 - Realização da 1ª Etapa da campanha de vacinação contra febre aftosa, alcançando 89,76% de índice vacinal. A segunda etapa da campanha foi iniciada em 1º de novembro, mas ainda não se encontra concluída.
 - Realização de 1.311 fiscalizações para prevenção, controle e erradicação de doenças focadas nos animais.
- Promoção da certificação de estabelecimentos que produzem produtos de origem animal.



- Ampliação de 100% das empresas com certificação do Serviço de Inspeção Estadual (SIEs) e do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBIs), proporcionando acesso ao mercado nacional, pelas agroindústrias cearenses.
- Promoção do combate a irregularidades no trânsito de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos nas rotas/vias de maior risco sanitário.
 - Realização de 1.336 blitz para combater as irregularidades no trânsito de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos nas rotas / vias de maior risco sanitário.
- Qualificação física e tecnológica para a prestação da defesa zoofitossanitária no estado do Ceará.
- Promoção da defesa zoofitossanitária no estado do Ceará.
- Promoção do acesso a comercialização de produtos com qualidade.
- Expansão da oferta de serviços de abastecimento e comercialização.
- Qualificação física e tecnológica da estrutura para a melhoria da oferta dos serviços de abastecimento e comercialização.

02. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (035 ou 313)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território.
- Público-alvo: Agricultores e pecuaristas com foco empresarial e profissionais da área, cooperativas e associações de produtores, indústria e demais setores da cadeia produtiva.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE (atual SEDET).
- Executores: Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC), Superintendência de Obras Públicas (SOP), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE).
- Implantação de Serviços de Assistência Técnica.
 - Prestação de assistência técnica contínua a 59.198 agricultores familiares, nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará.
 - Realização de assistência técnica contínua a 60.633 agricultores familiares nas 14 regiões de planejamento do estado do Ceará.
 - Acompanhamento e assistência técnica a 600 produtores em 24 agroindústrias de beneficiamento da mandioca em 16 municípios, contribuindo com a melhoria da qualidade da farinha produzida, garantindo mercado consolidado para a agricultura familiar, aumentando a geração de emprego e renda dos agricultores familiares, contribuindo também para o aumento da reserva alimentar da pecuária cearense.
 - Realização de visitas técnicas para validação de área para a implantação de Unidades de Observação com áreas experimental na cultura do Cacau, 02 no perímetro irrigado do Baixo Acaraú beneficiando 03 produtores.
 - Realização de visitas de identificação e avaliação técnica, em agosto de 2021, beneficiando 10 produtores de lácteos na região do Vale do Jaguaribe.



- Capacitação prática de campo em técnica para Melhorias no Processo Produtivo em Limoeiro do Norte beneficiando 13 produtores de lácteos.
- Realização de visitas técnicas individuais para avaliação e melhoria no processo produtivo e gerencial do negócio beneficiando 15 laticinistas de Milhã.
- Capacitação prática de campo em técnica para Melhorias no Processo Produtivo em Morada Nova beneficiando 15 produtores de lácteos.
- Capacitação em campo sobre a cultura do cacau no semiárido no município de Marco beneficiando 44 produtores.
- Realização de apoio à ampliação da produção apícola.
- Realização de apoio a cadeia produtiva do leite.
- Atendimento a 274 empresários do agronegócio, pequeno, médio e grande produtor e produtores oriundos da agricultura familiar, beneficiados com serviços tecnológicos, visando à segurança alimentar e ambiental.
- Melhoria dos processos de produção agrícola.
- Qualificação da estrutura de comercialização da produção agropecuária.
 - Manutenção física do Parque de Exposições João Passos Dias.
- Expansão do controle de qualidade de produtos na área de agricultura familiar e agronegócio.
 - Classificação 25.367,43 toneladas de produtos de origem vegetal para o mercado interno e emissão de 180 certificados de classificação de produtos vegetais padronizados.
- Promoção da criação de oportunidades de negócios para a cadeia produtiva do agronegócio.
 - Participação em 26 eventos nacionais e internacionais, visando atualização nas melhores práticas do agronegócio e disseminação de conhecimento.
 - Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais.
- Promoção da melhoria da eficiência do uso da água na agricultura irrigada.
 - Modernização dos sistemas de irrigação para melhoria da eficiência do uso da água de perímetros públicos.
 - Entrega de 276 sistemas (solução) de captação e armazenamento de água para produção de alimentos, beneficiando 27 famílias em Hidrolândia, 53 em Sobral, 28 em Massapê, cinco em Ararendá, cinco em Catunda, seis em Nova Russas, 10 em Milhã, 10 em Pedra Branca, 10 em Tamboril, 14 em Massapê, 33 em Moraújo, sete em Apuiarés, sete em Camocim, cinco em Jijoca, 10 em Miraíma, seis em Potiretama, seis em São João do Jaguaribe, sete em Aracoíaba, sete em Maranguape, 10 em Redenção, 10 em Canindé.
 - Realização de estudos e acompanhamento à implantação de áreas com reuso de águas residuais em cultivos de espécies não comestíveis, 01 em Iguatu, 01 em Jaguaribe e 01 em Icó beneficiando 03 produtores.



- Realização de levantamento para quantificar e indicar áreas para irrigação com águas de reuso na região do Vale do Jaguaribe beneficiando 09 produtores.
- Promoção do conhecimento técnico-científico sobre a cadeia produtiva do agronegócio.
 - Apoio à implantação do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia de Israel no semiárido.
 - Elaboração de informes técnicos sobre os indicadores de produção e mapas georreferenciados dos produtos do agronegócio cearense.
 - Elaboração do boletim “Exportações Cearenses com Foco no Agronegócio” sobre as exportações de produtos da lavoura, pecuária, aquicultura e pescado do agronegócio cearense.
 - Elaboração e disponibilização de informações estratégicas sobre o setor de agronegócio.
 - Promoção de ações de inovação da Cadeia do Caju.
- Promoção da inovação na cadeia produtiva do agronegócio.
 - Implantação do portal do produtor e aplicativos “ADAGRI 100% Digital”, da Agência de Defesa Agropecuária do Ceará permite que o produtor não precise ir até uma unidade física para acessar os seus serviços.
- Promoção da ampliação da produção sustentável no agronegócio.
 - Assistência, monitoramento e acompanhamento de 225 tanques de resfriamento de leite, os quais beneficiam diretamente 2.475 produtores da agricultura familiar, que, em sua maioria, vende sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite).
 - Entrega de tanques de resfriamento de leite, semoventes, equipamentos e utensílios para apoio as cadeias produtivas da pecuária, beneficiando 1.963 produtores em 13 regiões.
 - Implantação de 01 Unidade de produção com cacau em Quixeré/CE.
 - Implantação de 01 Unidade de produção com cacau no Baixo Acaraú em Marco/CE.
 - Implantação de 01 Unidade de produção com caju de mesa adensado em Limoeiro do Norte.
 - Implantação de 01 Unidade de produção de algodão em Porteiras/CE.
 - Apoio à renovação dos canaviais de brejos úmidos.
 - Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável.
 - Implantação de 07 projetos produtivos voltados para a reserva alimentar animal com palma sendo: 01 São Luís do Curu, 01 Itapajé, 01 Itarema, 01 Quixeramobim, 01 Senador Pompeu, 01 Pedra Branca e 01 Boa Viagem.
 - Promoção de renovação dos Pomares de Cajueiro.

03. Programa Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura (351)

- Eixo: Ceará de Oportunidades
- Tema: Pesca e Aquicultura.



- Objetivo: Promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados.
- Público-alvo: Pescadores industriais, aquicultores marinhos e de águas continentais (água doce), indústria de processamento e beneficiamento de pescados, indústria naval, técnicos em pesca e aquicultura.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).
- Executores: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), e Superintendência de Obras Públicas (SOP).
 - Realização de 01 Curso de capacitação em processamento de moluscos bivalves direcionado para marisqueiras onde foram capacitadas 29 mulheres - Acaraú/CE.
 - Realização de 01 Curso de Cultivo Intensivo de Peixes e Camarões no Sistema de Recirculação de Água - Barbalha/CE onde foram capacitados 32 alunos entre piscicultores, técnicos e produtores.
 - Realização de 01 Curso de Formação de Aquaviário - Pescador Profissional – Paracuru – CE, onde foram capacitados 30 pescadores e armadores de pesca.
 - Capacitação em Padrões técnicos e higiênico-sanitários na cadeia produtiva da lagosta, na região do Litoral Oeste (Itarema), onde foram capacitados 42 pescadores.
- Promoção do incentivo ao aumento consumo de pescados e seus derivados.
- Promoção da criação de oportunidades de negócios para a cadeia produtiva da pesca e aquicultura.
 - Realização de 103 monitoramentos em 15 unidades de beneficiamento de pescado nos municípios de Fortaleza, Camocim, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Jaguaribara e Jaguaruana, com objetivo de verificar a implantação das Boas Práticas de Manipulação, implantação dos Programas de Autocontrole condições estruturais para adequar as unidades de beneficiamento de pescado as normas sanitárias estabelecidas por legislações estaduais e federais, no ano de 2021.
- Expansão da estrutura para recebimento, beneficiamento e armazenamento de produtos oriundos da atividade pesqueira.

Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)

01. Programa Ceará Mais Verde: Conservar e Proteger os Recursos Naturais e Biodiversidade do Ceará (066 ou 724)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Meio Ambiente.
- Objetivo: Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.
- Público-alvo: Grandes e pequenos produtores rurais do estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do estado, sociedade civil em geral.
- Gestor: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).



- Executores: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).
- Ampliação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.
 - Ampliação de 13.318,04 hectares de áreas protegidas em Unidades de Conservação (UCs), com a criação e implementação de 10 UCs.
 - Implementação do Programa de Incentivo às Unidades de Conservação Municipais (PROUCM).
 - Implementação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).
- Expansão da prevenção, controle e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação Estaduais.
 - Realização de três cursos para formação de brigadistas florestais em Unidades de Conservação (UCs).
- Qualificação física das unidades de conservação estaduais.
 - Implementação do Parque do Cocó, com a construção de uma Areninha Tipo 1, a implantação de 2,02 km de via paisagística (trecho Dendê) e o cercamento de 30 km da poligonal.
 - Revitalização dos Parques Estaduais do Cocó (sede Adhail Barreto) e Botânico.
 - Revitalização das sedes da APA da Serra de Baturité (Cocão e Pacoti).
 - Revitalização da sede do Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Periquito Cara-suja no município de Guaramiranga.
 - Requalificação do Parque Municipal das Timbaúbas, no município de Juazeiro do Norte.
 - Implementação do Teleférico de Barbalha na Área de Preservação Ambiental (APA) Chapada do Araripe para fins de educação ambiental.
 - Realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e prediais da Unidade de Conservação (UC) Parque do Cocó.
 - Realização do concurso de ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura do Parque do Cocó.
 - Implantação do Projeto do Teleférico de Barbalha, com vistas à implementação de Educação Ambiental, com foco nas Unidades de Conservação (UCs).
- Promoção da melhoria da gestão das Unidades de Conservação Estaduais.
 - Realização de 25 seminários para o fortalecimento dos conselhos gestores das Unidades de Conservação (UCs) com foco na gestão participativa.
 - Implementação e Gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - Estruturação e modernização das sedes das Unidades de Conservação (UCs), com a regulamentação de 10 Conselhos Gestores.
 - Elaboração de 14 planos de manejo para conduzir a gestão de 14 Unidades de Conservação Estadual.
 - Implementação do Projeto de Agente Voluntário Ambiental (AVA), com 10 voluntários desenvolvendo atividades nas Unidades de Conservação (UCs) estaduais.
- Promoção da regularização ambiental de propriedades e posses rurais no estado do Ceará.



- Regulamentação da Unidade de Conservação (UC) do Parque Estadual do Cocó, a partir da elaboração de estudos técnicos e realização de audiências públicas.
- Promoção do controle e fiscalização dos recursos ambientais estaduais.
 - Monitoramento e fiscalização das 23 Unidades de Conservação Estadual do Ceará, com o objetivo de combater as agressões e crimes praticados contra o Meio Ambiente. Em 2017, foram formalizadas 1.127 denúncias de degradação ambiental ocorridas exclusivamente nas Unidades de Conservação Estadual. Desse total, foram atendidas 58,84%, ou seja, 663 ocorrências, das quais 67,77% consideradas procedentes, confirmando-se 449 denúncias. Tais casos foram confirmados após apuração realizada pela equipe de fiscalização ambiental.
- Promoção da valorização de espécies vegetais nativas do Ceará.
 - Revitalização de nove viveiros regionais para produção de 120 mil mudas cada.
 - Recuperação ambiental de 33,71 hectares de áreas degradadas por meio do reflorestamento.
 - Doação de 109.256 mudas de espécies nativas para reflorestamento e arborização.
 - Realização de um curso para formação de viveirista com foco na produção e na gestão.
 - Reflorestamento em execução de 25 hectares na Bacia Hidrográfica do Acaraú.
 - Reflorestamento em execução de 26 hectares na Bacia do Jaguaribe.
 - Distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas para 125 municípios.
 - Construção de dois viveiros para produção de mudas de espécies nativas nos municípios de Redenção e Pacoti.
 - Reflorestamento em execução de 25 hectares da Área de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Pacoti.
 - Reflorestamento em execução de 50 hectares correspondente ao plantio de 20.000 mudas na Bacia do Rio Cocó.
 - Reflorestamento de dois hectares de área na Bacia do Rio Ceará.
 - Reflorestamento de 1,2 hectare de mata ciliar do Rio Cocó – Tancredo Neves, e doação de 40.000 mudas de essências florestais para ação de reflorestamento.
- Promoção da proteção da Mata Atlântica no Ceará.
 - Ampliação de mais de 30% de proteção integral do Soldadinho do Araripe com a criação da UC Refúgio da Vida Silvestre.
 - Realização de dois seminários para a proteção da mata atlântica do Ceará.
- Elaboração de estudos e pesquisas para análise de viabilidade da política de saneamento ambiental do Estado, com foco na qualidade da água.
 - Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a criação e implementação de duas Unidades de Conservação nos municípios de Crato e Caucaia.
 - Elaboração de estudos e pesquisas nas bacias hidrográficas do Salgado, Metropolitana e Acaraú, com produção de um compêndio e cartilhas focados no impacto econômico da Degradação Ambiental.



02. Programa Ceará no Clima: Mitigando e se adaptando às mudanças climáticas (067 ou 725)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Meio Ambiente.
- Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas.
- Público-alvo: Pequenos e grandes produtores rurais do Ceará, gestores municipais, população residente e turistas em municípios costeiros, atores do segmento de energias renováveis e atividade econômica terciária em zona costeira.
- Gestor: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- Executores: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).
- Implantação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.
 - Realização de 13 Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para a Qualidade da Água, envolvendo 252 pessoas, nas bacias hidrográficas do Salgado, Metropolitana e Acaraú, beneficiando 81 municípios.
 - Realização de capacitações envolvendo 815 pessoas, abordando a temática “Mais Água Mais Vida”, nos municípios de Barreira, Ipu, Tauá e Quixadá.
 - Ampliação e Otimização do Sistema de Gerenciamento e Alocação de Água (SIGA), ferramenta que auxilia no processo de tomada de decisão do setor de recursos hídricos, em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), resultando em diversas simulações para análise do atendimento às demandas alocadas nos Eixos Norte e Leste, contemplados pelo Projeto de Integração das Águas do Rio São Francisco (PISF) e, ainda, na realização da simulação hidrológica para a Bacia do açude Banabuiú.
 - Implementação da Metodologia de Modelagem da Qualidade de Água para Reservatórios do Estado do Ceará (Acarape do Meio, Araras e Olho d’Água).
 - Realização de 12 cursos de forma regionalizada, com foco na gestão ambiental municipal, abrangendo os 184 municípios cearenses.
 - Assinatura do pacto para produção sustentável, envolvendo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado, Superintendência Estadual de Meio Ambiente, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Sindicato dos Ceramistas.
 - Realização de coletas semanais nos 31 pontos da capital e coletas mensais nos 34 pontos do interior, cumprindo, assim, a meta do programa que é de 65 pontos de coleta. Das 1.896 análises realizadas, 1.143 se apresentaram como própria à balneabilidade, correspondendo 60,28% das praias de Fortaleza.
 - Realização de cinco cursos para qualificação de gestores municipais com foco na descentralização da gestão ambiental municipal.
 - Curso de formação de três Brigadas de Incêndios Florestais com a Guarda Municipal, nos municípios de Fortaleza, Ipu e Quixeramobim, em parceria com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).
 - Elaboração do Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do município de Sobral.



- Curso de formação de três Brigadas de Incêndios Florestais com a Guarda Municipal, nos municípios de Fortaleza, Ipu e Quixeramobim, em parceria com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).
- Elaboração do Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do município de Sobral.
- Promoção da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.
 - Elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI) da Orla de Paracuru.
 - Atualização da etapa do Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira que compreende os estudos e levantamentos – geoambiental.
 - Elaboração do Projeto de Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira (ZEEC).
 - Elaboração dos diagnósticos do meio físico, meio biótico e meio socioeconômico da Zona Costeira do Ceará.
- Promoção da fiscalização de fontes poluidoras da qualidade do ar.
 - Implementação do sistema de monitoramento da qualidade do ar por meio de uma estação móvel e uma fixa instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).
 - Realização do monitoramento para avaliar o grau de eficiência das medidas implantadas para a redução de uso de lenha como matriz energética.
 - Aquisição de uma estação de monitoramento, localizada na Estação Ecológica do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, para monitoramento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A estação conta com analisadores para monitorar continuamente a qualidade do ar, gases e partículas, o que possibilita uma gestão ambiental mais efetiva em prol de uma saudável qualidade de vida da população.
 - Implantação de uma Estação de Monitoramento da Qualidade do Ar.
 - Realizadas 10 blitzes nas rodovias dentro do Estado do Ceará, com a finalidade de verificar o atendimento à legislação ambiental vigente, no que tange as emissões de fumaça pelos veículos do ciclo diesel.
- Promoção do monitoramento da qualidade das águas marinhas litorâneas do estado do Ceará.
 - Realização de seis oficinas para elaboração e revisão do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima, nos municípios de Itapipoca, Cascavel, Caucaia e Fortaleza.
 - Elaboração de três Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima nos municípios de Caucaia, Cascavel e Itapipoca.

03. Programa Resíduos Sólidos (064 ou 726)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Meio Ambiente.
- Objetivo: Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.
- Público-alvo: População urbana, catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e gestores municipais.



- Gestor: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- Executores: Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA), Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC), Secretaria das Cidades (SCIDADES), Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB) e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal
 - Realização do primeiro Seminário Nordeste de Resíduos Sólidos.
 - Realização de 14 seminários regionais para elaboração dos Planos de Coleta Seletivas Múltiplas.
 - Atendimento a 310 catadores de material reciclável, com duas oficinas para sensibilização e para compreensão da categoria profissional, no Vale do Jaguaribe e no Vale do Acaraú.
 - Capacitação de 216 catadores de material e reciclável em três eventos sobre gestão de resíduos sólidos: associação e cooperativismo; educação ambiental; e segurança do trabalho. Cocó (3.717) e Dendê (1.490), para atualização cadastral, adesão aos residenciais, acesso a informações gerais sobre os projetos, aluguel social e pagamento de indenizações.
 - Prestação de serviços ambientais no Ceará pelo Programa de Reforço à Renda, beneficiando 1.342 catadores.
 - Realização de 18 estudos e pesquisas na área de Resíduos Sólidos na Região do Cariri e Sertão de Sobral
 - Elaboração do Projeto Executivo para construção das Centrais Municipais de Resíduos Sólidos (CMRs)
 - Prestação de serviços ambientais no Ceará pelo Programa de Reforço à Renda, beneficiando 48 associações de catadores.
- Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.
 - Assinatura de 13 Termos de Compromisso da coleta seletiva solidária, que consiste na adesão das instituições públicas do Ceará para a correta destinação dos resíduos recicláveis, são essas: Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP), Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), Superintendência de Obras Públicas (SOP), Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI), Escola Gastronomia Social Ivens Dias Branco, Vice Governadoria (ViceGov), Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).
 - Entrega da Central de Tratamento de Resíduos Regional Norte – CGIRS/RMS (Sertão de Sobral).
 - Constituição de seis consórcios de gestão integrada de resíduos sólidos.
 - Elaboração e assinatura do Termo de Compromisso para implementação da Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos.
 - Construção de uma Central de Tratamento de Resíduos na Regional Norte - CTR/Regional Norte.



- Constituição do Consórcio Municipal para Destinação Final de Resíduos Sólidos (14 municípios da Região Sertão de Sobral).
- Constituição do Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte (COMARES - UL).
- Constituição do Consórcio para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os municípios de Cascavel, Pindoretama e Beberibe.
- Expansão da atividade econômica da reciclagem
 - Elaboração de 103 planos municipais de Coleta Seletivas Múltiplas.
 - Elaboração e entrega de 184 Planos de Coletas Seletivas Múltiplas, de 14 Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de 184 Projetos Executivos para a construção das centrais municipais de resíduos.
 - Lançamento do Edital para implementação do Programa Bolsa Catador.
 - Elaboração de um Plano Estadual de Resíduos Sólidos e de um Plano de Regionalização da Política Estadual de Resíduos Sólidos.
 - Elaboração da Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos.
 - Elaboração de 81 planos de coleta seletivas múltiplas para os municípios inseridos nas bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.
 - Elaboração de 41 planos de recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto.
 - Elaboração de três Planos de Gestão Regionalizada de Coleta Seletiva, beneficiando 81 municípios do Estado do Ceará, inseridos nas Bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.
 - Elaboração dos Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 159 municípios do Ceará.
 - Elaboração de 49 dos 81 planos de recuperação de áreas degradadas por lixões (PRAD).
- Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano
 - Realização de sondagens para reconhecimento geológico-geotécnico das áreas de lixões contempladas no projeto para 2018.
 - Formação de 28 Comitês / Núcleos Municipais Interinstitucionais de resíduos sólidos no Vale do Acaraú (17 municípios) e no Vale do Jaguaribe (11 municípios).
 - Desenvolvimento do modelo tecnológico para a implementação da política de Coletas Seletivas Múltiplas.
 - Conclusão da obra de Requalificação da Encosta do Bairro Cais do Porto, em Fortaleza.
 - Execução de 2,39 km da dragagem do Rio Cocó, totalizando 6,77 km dragados desde o início da obra.

Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA)

01. Programa Matriz Energética do Estado do Ceará (009 ou 711)

- Eixo: Ceará Sustentável



- Tema: Energias.
- Objetivo: Promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado.
- Público-alvo: Empresas e demais instituições privadas dos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços, população residencial, rural e urbana, e órgãos/entidades do poder público estadual.
- Gestor: Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA).
- Executores: Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS), Fundo de Incentivo à Eficiência Energética (FIEE), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA), Secretaria das Cidades (SCIDADES), Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).
- Implantação de geração distribuída renovável em prédios públicos estaduais.
- Expansão da oferta de serviços de geração e cogeração de energia elétrica.
 - Foram incrementadas 8.819 ligações elétricas, em vários municípios de todas as regiões do Estado do Ceará.
 - Adoção de inovações tecnológicas visando melhorias na eficácia e eficiência energéticas, tais como novos sistemas de odorização de gás natural, implantação de sistema de correção de volume, carretas de Gás Natural Comprimido (GNC) para atendimento imediato.
- Expansão da rede de distribuição de gás natural.
 - Ampliação da rede de distribuição da Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS) em 52,89 Km, para atender 1.616 novos usuários de Fortaleza e Região Metropolitana, fechando a carteira de clientes com 24.098 usuários.
 - Construção de 47,5 km da rede de gasodutos, representando um crescimento em torno de 10%, o maior incremento da história, estendendo a rede estadual para 520 km e atendendo aos municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante.
 - Incremento de 5,90 km na Rede de Gasoduto de Distribuição de Gás, totalizando um valor de 435,90 km de rede instalada no estado do Ceará.
 - Ampliação da rede de distribuição da Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS) em 36,6 km, para atender novos usuários de Fortaleza Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante.
- Promoção da padronização do uso de utilidades pelo Estado.
 - Execução de 5 obras de mudança de fase, de monofásica para trifásica, nos municípios de Mulungu, Santana do Acaraú, Crateús e Novo Oriente.
 - Ampliação de redes elétricas monofásicas para trifásicas com 8.372 ligações realizadas, em todas as regiões do Estado do Ceará.
 - Ampliação de redes elétricas monofásicas para trifásicas em 11 comunidades, atendendo sete municípios do Ceará.
- Promoção da política pública de Energia.
- Expansão da oferta de energia para atendimento de empreendimentos e comunidades.



- Execução de 6 (seis) obras de eletrificação de novos empreendimentos, nos municípios de Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Sobral, Quixeramobim e Tejuçuoca.
- Execução de 15 (quinze) obras de eletrificação, contemplando 11 municípios, para atendimento de empreendimentos e comunidades nas áreas de indústria, educação, habitação, recursos hídricos e saúde, perfazendo um total de 20.053 m de extensão em rede elétrica de média tensão trifásica (13,8 kV), 2.056 m em rede elétrica de baixa tensão trifásica e 194 m em rede elétrica de baixa tensão monofásica.
- Execução de 28 obras de eletrificação, contemplando 20 municípios, para atendimento de empreendimentos e comunidades nas áreas de abastecimento de água, educação, estradas e saúde realizadas com recursos oriundos do Programa de Investimentos Especiais (PIE), que utiliza 1% da receita bruta da Companhia Energética do Ceará. Foram autorizadas, no ano de 2018, 76 obras a serem executadas pelo PIE, no total de mais de R\$ 7,4 milhões.
- Execução de 17 obras de eletrificação de novos empreendimentos, nos municípios de Barbalha, Campos Sales, Crato, Aquiraz, Fortaleza, Viçosa do Ceará, Itatira, Moraújo, Aiuba e Limoeiro do Norte.
- Realização do reforço das redes elétricas no meio rural oriundo das demandas de associações comunitárias, prefeituras e órgãos do poder executivo.
- Promoção do apoio à qualificação de infraestruturas nas atividades relativas a energia.
 - Operação das duas subestações elétricas e da central de água gelada do Centro de Eventos do Ceará.
- Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural.
- Expansão da distribuição de gás natural renovável
 - Inauguração do Espaço CEGÁS de Cultura.
 - Construção de um gasoduto de 23 km, no valor de R\$ 22 milhões, para atender ao Projeto Gás Natural Renovável (GNR Fortaleza), que consiste em captar e purificar o biogás gerado no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC), transformando-o em Gás Natural Renovável (GNR).
 - Distribuição de volume de gás natural extérmico, até outubro/2016, de 468.240 m³/dia, correspondendo a 142.345.018 de m³/ano, segmentado nos setores residencial, comercial, automotivo, industrial e de cogeração.
 - Distribuição de 67.282 m³/dia de Gás Natural Renovável em Fortaleza e Região Metropolitana.
 - Distribuição de 68.898 m³/dia de Gás Natural Renovável em Fortaleza e Região Metropolitana.
 - Crescimento em torno de 14% no volume de gás distribuído aos mercados industrial, comercial, residencial e automotivo, considerado o maior incremento nos últimos dez anos da história da CEGÁS.
 - Injeção de gás natural renovável (GNR) na rede de distribuição, tornando o Ceará pioneiro no Brasil neste feito.
- Expansão da capacidade de geração de energia oriundas de fontes renováveis
 - Implantação de 1 projeto de energia renovável no município de Aracati, Litoral Leste, através do Projeto São José.



Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)

01. Programa Planejamento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos (017 ou 731)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Recursos Hídricos.
- Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.
- Público-alvo: População das sedes municipais, dos distritos e das localidades rurais, entidades governamentais e não governamentais, universidades, institutos de pesquisa e setores produtivos do Estado do Ceará.
- Gestor: Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH).
- Executores: Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).
- Qualificação do uso dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.
 - Realização de 41 eventos junto aos 12 Comitês de Bacias Hidrográficas
 - Realização de 234 campanhas por meio da implantação dos instrumentos de fiscalização, outorga e cobrança pelo uso da água bruta, que acarretaram em 210 processos de fiscalização, 2.479 Outorgas de Uso dos Recursos Hídricos e 100 Outorgas de Execução de Obra de Recursos Hídricos.
 - Realização de 112 campanhas de regularização em todo o Estado, que visando à autorização dos usos dos recursos hídricos para todos os setores usuários distribuídos nas 12(doze) bacias hidrográficas do Estado do Ceará, através da implantação dos instrumentos de fiscalização, outorga e cobrança pelo uso da água bruta.
 - Realização, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) de duas campanhas de conscientização do uso dos recursos hídricos e ações voltadas à preservação ambiental.
 - Realização da Campanha do Dia Mundial da Água, pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos.
 - Realização do Seminário em Comemoração ao Dia Mundial da Água, com a participação de aproximadamente 70 pessoas.
 - Criação de um Programa de Educação Ambiental para todas as Instituições do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) do Ceará.
 - Produção dos seguintes estudos: Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos da Bacia do Rio Salgado - Ceará; Mapeamento e Monitoramento dos Espelhos D'água do Estado do Ceará, acima de 0,5ha; Atualização das Séries Históricas como subsídio à revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH); Definição e Implementação de Estratégia para Internalização da Metodologia de Modelagem da Qualidade de Água para Reservatórios do Estado do Ceará (Acarape do Meio, Araras e Olho D'Água).



- Realização de estudos e mapeamentos visando à proposição de sistemas de adução de água tratada, interligando mananciais com potencial hídrico que garantam condições qualitativas e quantitativas de fornecimento de água para o abastecimento humano até os núcleos urbanos em todo o Estado do Ceará (Projeto Malha D'água).
- Realização do Projeto SRH na Escola, que visa atender crianças de nove anos dos 31 municípios das bacias metropolitanas, por meio da cartilha Gotinha Nossa de Cada Água, nos municípios de Itaitinga, Palmácia e Maranguape.
- Expansão do conhecimento técnico-científico hidroagrometeorológico e ambiental.
- Promoção da participação cidadã na gestão dos recursos hídricos.
 - Realização de 6 (seis) Reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH).
- Promoção do monitoramento da qualidade da água nas bacias hidrográficas do estado do Ceará.
 - Emissão de 125 laudos contendo os resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas realizadas nas amostras de água dos recursos hídricos lóticos (de água corrente) do Estado do Ceará realizados pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).
 - Instalação de 10 equipamentos medidores de vazão.
 - Mapeamento das áreas utilizadas para irrigação situadas nas bacias hidrográficas do Rio Jaguaribe e mapeamento das comunidades e edificações rurais e suas fontes de abastecimento em municípios cearenses em suporte ao planejamento e à implementação de alternativas de abastecimento de água no meio rural e em apoio ao Projeto Malha d'Água.
 - Diagnóstico territorial dos municípios do Sertão Central e Banabuiú para fortalecimento da gestão descentralizada dos recursos hídricos e proposição de um novo modelo de governança local.
 - Realização de 47% dos Estudos Quali-quantitativos das Águas Subterrâneas da bacia do Araripe, no Ceará e 27% do Plano de Segurança Hídrica das bacias estratégicas do Acaraú, Metropolitanas e da Sub-bacia do Salgado.
 - Concessão de solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica.
 - Execução de trabalhos de campo referentes à elaboração dos inventários dos reservatórios selecionados na Bacia do Acaraú e na Sub-bacia do Salgado, com a entrega do Relatório Parcial de Metodologia de Enquadramento de Reservatórios.
 - Implantação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH), fundamental na melhoria do acesso às informações, tornando mais eficiente o processo de tomadas de decisão governamental, baseado em informações fidedignas e obtidas em tempo real, e proporcionando um atendimento mais eficiente aos usuários de água bruta.
- Promoção do monitoramento e geração de informações hidrometeorológicas.
 - Divulgação dos prognósticos climáticos para a quadra chuvosa de 2021 e inclusão da componente subsazonal do sistema de previsão climática, provendo informações para tomada de decisão ao setor de recursos hídricos.



- Monitoramento das secas do estado do Ceará e apoio à expansão e fortalecimento do Monitor de Secas do Brasil, em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), ampliando o nível de alerta quanto aos eventos, em um contexto de gestão proativa de secas.
- Mapeamento e estatísticas (monitoramento) dos espelhos d'água e barramentos nas 12 bacias hidrográficas do Ceará em reforço ao gerenciamento dos recursos hídricos e à avaliação dos impactos sobre os macrossistemas considerando a escala local.

02. Programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos (016 ou 732)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Recursos Hídricos.
- Objetivo: Garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais.
- Público-alvo: População dos municípios, distritos e localidades rurais e suas atividades produtivas em todo o Estado do Ceará.
- Gestor: Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH).
- Executores: Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA).
- Expansão da capacidade de acumulação hídrica.
 - Construção da barragem Poço do Bento, no município de Solonópolis, beneficiando uma população de 1.200 pessoas na região
 - Construção da barragem Bom Princípio, no município Deputado Irapuan Pinheiro, com 800.000 m³ de capacidade de acumulação hídrica, beneficiando uma população de 878 pessoas na região.
 - Construção da barragem Amarelas, no município de Beberibe, com a capacidade de acumulação hídrica de 47.680.000 m³, beneficiando uma população de 30.445 pessoas na região.
 - Construção da barragem Melancias, no município de São Luís do Curu, com a capacidade de acumulação hídrica de 27.300.000 m³, beneficiando uma população de 10.610 pessoas na região.
 - Construção da barragem Quinquelerê, no município de Potengi, com a capacidade de acumulação hídrica de 3.750.000, beneficiando uma população de 11.106 pessoas na região.
 - Construção da barragem Salgadinho no Distrito de Bandeira Novo no município de Itatira beneficiando uma população de 550 pessoas do distrito.
 - Construção, ampliação e reabilitação de 22 (vinte e duas) barragens na iniciativa “Ampliação e Garantia da Capacidade de Acumulação Hídrica” distribuídas da seguinte forma.
 - Aproveitamento do açude Maranguapinho como plano de segurança hídrica para Região Metropolitana de Fortaleza, com investimento aproximado de R\$ 3,8 milhões.
 - Construção da barragem Diamantino II, no município de Marco, beneficiando 24.703 habitantes da população do município e ribeirinhas, além da construção de mais 14



- (quatorze) pequenas barragens em assentamentos rurais do Movimento dos Sem Terra (MST), beneficiando 355 famílias, com investimento aproximado de 10,2 milhões.
- Intervenção na estação de bombeamento do açude Castanhão para garantia de vazão, com investimento aproximado de R\$ 6,5 milhões.
 - Readequação da tomada d'água do açude Orós para transferência para o açude Castanhão, com investimento aproximado de R\$ 170 mil.
 - Implantação de bombeamento no açude Orós - Lima Campos, atendendo aos municípios de Icó nas comunidades de Igarói, Guassussé e Perímetro Lima Campos, com investimento aproximado de R\$ 380 mil.
 - Aproveitamento do volume morto do açude Pacajus, com investimento aproximado de R\$ 2,15 milhões.
 - Recuperação da barragem Jaburu I, obra em execução com investimento aproximado de R\$ 260 mil.
 - Recuperação da estação de bombeamento do açude Pacoti, com investimento de R\$ 2,9 milhões.
 - Rebaixamento da barragem de Santana, em Jaguaribe, para aumento da vazão do rio Jaguaribe, com investimento aproximado de R\$ 6 mil.
 - Construção, recuperação e ampliação de 15 barragens, aumentando a capacidade de acumulação hídrica do Estado em 4,95 milhões de m³ e beneficiando 6.539 famílias, tendo como principais ações a construção da barragem Germinal, em Pacoti, e da barragem Ponta do Serrote, em Massapê; as ampliações do açude Boa Esperança, em Tamboril, e do açude São Miguel, em Quixeramobim; e a recuperação e ampliação do açude Sucesso, em Tamboril.
 - Construção do açude Muquém, em Quixeramobim, com capacidade de acumulação hídrica de 1.374.056 m³.
 - Ampliação de barragem no município de Aracati, na localidade de Aroeira Villane, beneficiando 150 famílias.
 - Reabilitação de barragem no município de Ibaretama, na localidade de Lenin Paz II, beneficiando 58 famílias.
 - Reabilitação de barragem no município de Madalena, na localidade de Raiz São Joaquim, beneficiando 45 famílias.
 - Execução acumulada de 99,65% da barragem Quinqueleré, no município de Potengi, com capacidade de acumulação hídrica de 3.750.000 m³.
 - Conclusão do Projeto Executivo para a construção das obras da barragem Frecheirinha, no município de Frecheirinha - CE, com capacidade de 82,177 hm³.
 - Construção da barragem Lacerda no Município de Quixeramobim.
 - Expansão da capacidade de transferência hídrica.
 - Operação Assistida da adutora de Palmácia, no mesmo município, com a capacidade de transferência Hídrica de 0,03 m³/s, beneficiando uma população de 13.011 pessoas na região
 - Implantação da adutora de Palmácia: no período foram assentados 5,38 km de adutora, totalizado o valor de 20,04km de tubos assentados, o que corresponde ao percentual de 100% de tubos assentados. Ressalta-se que para a entrega do objeto restam apenas



- a conclusão das obras complementares, tais como, Estação de Tratamento de Água, Estação de Tratamento de Rejeitos e nos reservatórios elevados e apoiados.
- Construção de 183,73 km de adutoras, sendo a maioria adutoras emergenciais, na iniciativa “Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica”.
 - Reversão do canal Sítios Novos a partir do trecho 5 do Eixão para abastecimento de São Gonçalo, com investimento aproximado de R\$ 700 mil.
 - Reversão do Canal do Trabalhador para o atendimento de 20.000 pessoas, com investimento aproximado de R\$ 150 mil.
 - Relocação da captação do Distrito Industrial de Pacajus para o trecho 4 do Eixão das Águas, com investimento aproximado de R\$ 1,3 milhão.
 - Fornecimento de tubos em atendimento à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) de Aurora para construção da adutora ligada a partir do açude Cachoeira, com investimento aproximado de R\$ 96 mil.
 - Desobstrução do rio Jaguaribe nos trechos compreendidos entre o açude Castanhão até Itaiçaba, com investimento aproximado de R\$ 109 mil.
 - Construção da adutora de Montagem Rápida em parceria com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), ligando o açude Aracoiaba à ETA da CAGECE para abastecimento da cidade de Ocara, com investimento aproximado de R\$ 66 mil.
 - Construção de 109,44 km de adutoras, beneficiando um total de 4.219 famílias, estando já em operação as adutoras Granja/Distrito de Santa Terezinha, Granja/Adrianópolis e Timonha, e os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em Acaraú, nas localidades de Buriti I, Buriti II, Cachorro Seco, Tope e Espriado.
 - Conclusão de 99% das obras de construção da adutora em ferro fundido (K7) para Maranguape (derivação da adutora do Acarape), com extensão de 11,16 km e diâmetro de 500 mm, com capacidade para atendimento das demandas de Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Pavuna e indústrias locais e uma população atendida de aproximadamente 83.418 habitantes.
 - Execução acumulada de 98,31% das obras de construção da adutora do Crato e implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do Distrito de Dom Quintino, com execução em 2019 de 0,85 km, acumulando o total construído de 5,91 km até o período, para beneficiar 927 famílias.
 - Execução de 99% das obras da adutora de Maranguape, que beneficiará uma população aproximada de 83.418 habitantes.
 - Expansão da capacidade de transferência hídrica - Cinturão das Águas do Ceará (CAC).
 - Construção de 106,96 km do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), totalizando 71,38% já construído do traçado de 149,85 km, dividido em cinco lotes, onde a execução do Lote 01 e parte dos Lotes 02 e 05 já permite a chegada de águas até o Açude Castanhão, e conseqüentemente à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) por meio do Eixão das Águas, naturalmente necessitando que as águas transportadas pela Transposição do Rio São Francisco (PIRSF) cheguem à Barragem Jati. O Lote 3 concluiu 41,72% e o Lote 4, 16,78%.
 - Conclusão das obras complementares dos Lote 1 e 2 com os canais já construídos, já recebendo as Águas de Transposição do Rio São Francisco



- Construção de 18,39 km do Cinturão das Águas Trecho I (Jati-Cariús), considerando extensão de canal, sifão e túnel.
- Construção do Cinturão das Águas (CAC) - Trecho 1 atingiu 58,45%, correspondendo a 32,15 km do total de 55 km programados para 2016, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.
- Expansão da capacidade de transferência de água tratada - Projeto Malha d'Água.
- Expansão do acesso às águas subterrâneas.
 - Instalação de 211 Poços em todo o Estado, beneficiando 9.892 Famílias.
 - Aquisição de 5 (cinco) comboios para perfuração de poços. “Ampliação e garantia da captação de água subterrânea”.
 - Serviços de escavação de “Poços de Jacó” nas localidades de Jaguaruana, Russas e Pedro Ribeiro, com investimento aproximado de R\$ 1,35 milhões.
 - Perfuração de 1.246 poços para comunidades difusas, em áreas rurais e urbanas.
 - Perfuração de 1.853 poços, distribuídos nas 14 regiões e em 119 municípios, em atendimento às comunidades difusas, em áreas rurais e em áreas urbanas.
 - Perfuração de 939 poços, distribuídos em 13 regiões e em 74 municípios.
- Expansão da captação e do aproveitamento de água subterrânea.
 - Manutenção dos 252 pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) com dessalinizadores instalados através do Programa Água Doce, beneficiando 14.854 famílias em 11 regiões e 37 municípios do Estado.
 - Conservação de 225 sistemas de dessalinização do Programa Água Doce.
 - Implantação de 170 sistemas de dessalinizadores com tanque de rejeito do programa Água Doce, com investimento aproximado de R\$ 20 milhões.
 - Perfuração de 1.849 poços e instalação de 670 Sistemas de Abastecimento d'Água Simplificado (SAAS) pela SOHIDRA, sendo 590 chafarizes e 80 dessalinizadores em todo o interior do Estado na iniciativa “Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas”, com investimento aproximado de R\$ 39,6 milhões.
 - Implantação de 257 Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), sendo 218 chafarizes e três dessalinizadores, e entrega de 36 Sistemas do Programa Água Doce (PAD).
 - Instalação 413 poços com chafariz/dessalinizador em diversas regiões do Estado, beneficiando um total aproximadamente de 12.098 famílias.
 - Aproveitamento dos poços no Campo de Dunas Cumbuco-Pecém com investimento de R\$ 6,5 milhões.
 - Manutenção dos 252 sistemas de dessalinização instalados através do Programa Água Doce, beneficiando 14.854 famílias em 11 regiões e 37 municípios do Estado.
- Qualificação das obras de infraestrutura hídrica.
 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no Crato, na localidade de Dom Quintino, que beneficiará uma população de 927 famílias, tendo sido executado no período 2,91 km.
 - Instalação de 503 pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), beneficiando 37.339 famílias em 13 regiões e 65 municípios.



- Conclusão de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em Acaraú, sendo um na localidade de Tope e outro em Espraiado, beneficiando uma população de 139 e 400 famílias e sendo executado no período 6,99 km e 2,58 km, respectivamente.
- Instalação de 250 pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), beneficiando 14.854 famílias em 11 regiões e 37 municípios.
- Promoção do acompanhamento e da fiscalização de obras de infraestrutura hídrica.

Secretaria do Turismo (SETUR)

01. Programa Desenvolvimento Sustentável e Consolidado do Destino Turístico Ceará (028 ou 371)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Turismo.
- Objetivo: Consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental.
- Público-alvo: Turistas, entidades de classe, profissionais da cadeia produtiva, organizações não governamentais, associações comunitárias, estudantes, professores, entre outros.
- Gestor: Secretaria do Turismo (SETUR).
- Executores: Secretaria do Turismo (SETUR), Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), Secretaria da Cultura (SECULT) e Superintendência de Obras Públicas (SOP).
- Promoção do conhecimento técnico-científico sobre as atividades do setor turístico.
- Qualificação profissional para a melhoria na prestação dos serviços turísticos.
- Promoção do fomento à competitividade e qualidade na prestação dos serviços turísticos.
- Expansão da política de atração de turistas nacionais e internacionais para o destino turístico Ceará.
- Implantação de atrativos turísticos voltados ao desenvolvimento da cadeia produtiva.
- Promoção da oferta de serviços prestados nos equipamentos turísticos estaduais.
- Promoção da valorização dos destinos turísticos.
 - Reforma e urbanização do Mirante da Taíba - São Gonçalo do Amarante.
 - Reforma e ampliação do calçadão da Orla do Pecém - São Gonçalo do Amarante.
 - Urbanização do trecho principal da Orla da Praia de Bitupitá – Barroquinha.
 - Urbanização da Orla da Praia de Arpoeiras, em Acaraú.
 - Urbanização da Praça de Evento do Preá e da Praça do Farol em Paracuru.
 - Requalificação da Praça da Taíba.
 - Urbanização da Beira Mar de Lagoinha – execução física de 98%.
 - Execução de 17% das obras de requalificação urbanística da Vila do Cumbuco.



- Conclusão da valorização do complexo turístico-paisagístico do Centro Histórico de Aracati.
- Conclusão da obra de Urbanização do Mirante da Lagoinha, no município de Paraipaba.
- Execução de 75% da obra de Requalificação da Praia da Barra – Ilha do Guajiru no município de Itarema.
- Execução de 10% da obra de Urbanização da Beira Mar da Lagoinha, no município de Paraipaba.
- Urbanização da Praça de Evento do Preá e do acesso à Praia de Arpoeiras.
- Execução de 36,18% das obras de urbanização da Praça da Taíba.
- Execução de 52,3% das obras de restauração do Mirante da Taíba.
- Obra de valorização da Vila do Cumbuco e da Prainha.
- Expansão da estrutura voltada ao desenvolvimento turístico do Estado.
 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Flecheiras – Trairi.
 - Realização da obra dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da localidade de Flecheiras, município de Trairi.
 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água de Flecheiras.
 - Iluminação do acesso à Praia de Arpoeiras, no município de Acaraú.
 - Execução de 47,4% das obras de saneamento do Porto das Dunas, referentes à estação de tratamento de esgoto, adutora, rede coletora e rede de distribuição.
 - Execução de 29,15% das obras de saneamento de Flecheiras.
 - Conclusão da obra de pavimentação da Av. Eritides Martins, que compreende a melhoria do acesso de entrada e também da saída do município de São Gonçalo do Amarante/CE, com extensão de 2,3 km.
 - Pavimentação em pedra tosca de ruas existentes na Praia da Baleia, em Itapipoca, e na Praia de Icará de Amontada.
 - Execução de 32,64% da obra de Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas do Distrito de Icará de Amontada.
 - Elaboração do projeto de calçadão para pedestres entre a Praça da Barra do Mundaú e a Praça do CPTA, no município do Trairi.
 - Desenvolvimento de Hub Aéreo regional, com o fechamento do acordo com a GOL Linhas Aéreas, cuja finalidade é garantir voos regionais a oito municípios cearenses, a partir de fevereiro de 2020, interiorizando a conectividade do hub de Fortaleza. Serão ao todo 48 frequências semanais no Ceará, distribuídas em Juazeiro do Norte (dois voos diários), Jericoacoara (três voos diários), Sobral (três semanais), São Benedito (dois semanais), Tauá (dois semanais), Crateús (dois semanais), Iguatu (dois semanais) e Aracati (dois semanais). Os voos serão operados por aeronaves Grand Caravan, da empresa Two Flex, que têm capacidade para nove passageiros. A exceção são os voos para Juazeiro do Norte, que serão operados com aviões ATR 72, da VoePass, para 72 passageiros.



- Conquista do Hub Air France-KLM e da GOL, passando o Aeroporto de Fortaleza a receber 26 novos voos, sendo 21 diários da GOL e cinco semanais do Grupo Air France-KLM, resultando em um aumento inicial de 45% no número de passageiros domésticos e 30% no de estrangeiros.
- Qualificação física e tecnológica da oferta de equipamentos turísticos.
 - Modernização do Teleférico de Ubajara.
 - Fortalecimento institucional no entorno dos 13 municípios do litoral Oeste – execução física de 71,16%.
- Expansão da infraestrutura rodoviária de acesso a destinos turísticos.
 - Revitalização do trecho Redonda/Icapuí - CE 534.
 - Pavimentação CE-201 (Aranaú - Castelhana - Barrinha - Preá) 21,12 km.
 - Conclusão da rodovia CE 187, trecho Ubajara a São Benedito, com extensão de 33,14 km.
 - Restauração de acessos às praias de Trairi, com 37,77 km de extensão.
 - Conclusão do trecho Tianguá a Ubajara, com extensão de 25,7 km.
 - Implantação de rodovia no trecho Pindoretama à Praia do Batoque – CE 454.
 - Execução de 78,4% das obras na rodovia que interliga Ubajara a São Benedito, com extensão de 33,14 km.
 - Execução de melhorias no acesso à Praia do Preá.
 - Duplicação da CE 085 – Trecho IV entre CE 341 (acesso a Paracuru) e CE 163 (acesso a Trairi).
 - Duplicação, adequação e melhoramento da CE 040, no trecho compreendido de Paripueira a Guajiru, com extensão de 11,7 km; obra com 70% de execução física, o que representa 6,8 km.
 - Implantação de Rodovia: trecho de Pindoretama a Praia do Batoque – CE 454, com 9,80 km; obra com execução física de 98%, o que representa 9,47 km.
 - Conclusão da obra de duplicação da CE040, no Trecho de Guajiru - Viçosa, com extensão de 7,4 Km.
 - Conclusão da obra de duplicação da CE040, no trecho Viçosa – Aracati, com extensão de 11,33 km.
 - Execução de 97,51% da duplicação da Rodovia CE-085, no trecho: Entr. CE-341 (Paracuru) Entr. CE-162 (Trairi) - Trecho IV, com extensão de 29,52 km.
 - Conclusão do ponto de acesso à Praia da Barra, no município de Itarema.
 - Execução de 63,40% da obra de Pavimentação da rodovia de acesso à praia do Preá.

Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)

01. Programa Modernização da Gestão Corporativa (243)

- Eixo: Ceará da Gestão Democrática por Resultados.
- Tema: Planejamento e Modernização da Gestão.



- Objetivo: Ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.
- Público-alvo: Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.
- Gestor: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Executores: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Promoção do assessoramento corporativo na gestão das compras governamentais
- Promoção da gestão da política de compras corporativas do Estado do Ceará.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os programas executados pelos órgãos estaduais que estão alinhados com o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis.

Quadro 1: Programas alinhados com o ODS 12 por Órgão Estadual.

Secretarias / Ações
<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <p>Programas</p> <ol style="list-style-type: none"> 01. Programa Desenvolvimento da Agropecuária Familiar (029) ou Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar (311) 02. Programa Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (033 ou 141) 03. Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar (352)
<p>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)</p> <p>Programas</p> <ol style="list-style-type: none"> 01. Programa Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário (312) 02. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (035 ou 313) 03. Programa Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura (351)
<p>Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)</p> <p>Programas</p> <ol style="list-style-type: none"> 01. Programa Resíduos Sólidos (064 ou 726) 02. Programa Ceará Mais Verde: Conservar e Proteger os Recursos Naturais e Biodiversidade do Ceará (066 ou 724) 03. Programa Ceará no Clima: Mitigando e se adaptando às mudanças climáticas (067 ou 725)
<p>Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA)</p> <p>Programas</p> <ol style="list-style-type: none"> 01. Programa Matriz Energética do Estado do Ceará (009 ou 711)
<p>Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</p> <p>Programas</p> <ol style="list-style-type: none"> 01. Programa Planejamento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos (017 ou 731) 02. Programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos (016 ou 732)



Secretarias / Ações
Secretaria do Turismo (SETUR) Programas 01. Programa Desenvolvimento Sustentável e Consolidado do Destino Turístico Ceará (371)
Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) Programas 01. Programa Modernização da Gestão Corporativa (243)

Fonte: Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022. Elaboração: IPECE.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma preocupação com a qualidade de vida dos seres humanos, com um planeta mais sustentável. Muitos movimentos realizados por vários países já tiveram início nas décadas de 80 e 90. Até que no ano 2000, os 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), se comprometendo até 2015 buscar a sustentabilidade do planeta e a melhoria na qualidade de vida da população mundial.

Passados quinze anos, outras agendas foram sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o **Acordo de Sendai**, a **Agenda de Ação Adis Abeba**, **Acordo de Paris**, entre outros. Neste mesmo ano, a ONU, em sua Assembleia Geral, estabeleceu 17 novas metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), seus membros se comprometeram em continuar enfrentando os problemas mundiais, adotando a chamada Agenda 2030.

A partir daí os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e seus entes subnacionais. Portanto, com o objetivo de mapear as ações do governo do estado do Ceará, que possam estar alinhadas aos ODS, foi realizado o presente relatório, apresentando as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**. No âmbito do Governo do Ceará, as ações são definidas a partir do Plano de Governo elaborado a cada início de uma nova gestão. Foram identificadas ações alinhadas ao ODS 12 nos Eixos: **Ceará Sustentável; Ceará de Oportunidades; Ceará da Gestão Democrática por Resultados e Ceará Acolhedor** e nos temas **Energias; Meio Ambiente; Recursos Hídricos; Agricultura Familiar e Agronegócio; Pesca e Aquicultura; Turismo; Planejamento e Modernização da Gestão e Segurança Alimentar e Nutricional**.

Esses programas vêm sendo geridos e executados pelas secretarias estaduais, cada uma com seu papel e atuação bem definida, e com base numa leitura das Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022, foram identificados 14 Programas, sendo 3 da Secretaria do Desenvolvimento Agrário; 3 da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho; 3 da Secretaria do Meio Ambiente; 1 da Secretaria de Infraestrutura; 2 da Secretaria dos Recursos Hídricos; 1 da Secretaria do Turismo; e 1 da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Desta forma assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis é um grande desafio, que se faz necessário implementar políticas públicas intersetoriais alinhadas a estratégia de gestão para resultados (GPR) e baseadas em evidências e planos integrados que permitam alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, reduzindo pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento com geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.



O relatório “**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” e outras publicações do IPECE encontram-se disponíveis na internet através do endereço:
www.ipece.ce.gov.br